

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

**A CONTRARREFORMA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL:
RELAÇÕES ENTRE A POLÍTICA DO BANCO MUNDIAL COM A
DOS GOVERNOS DE LULA/DILMA/PT**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

Guilherme Stürmer Lovatto

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**A CONTRARREFORMA UNIVERSITARIA NO BRASIL:
RELAÇÕES ENTRE A POLÍTICA DO BANCO MUNDIAL COM A
DOS GOVERNOS DE LULA/DILMA/PT**

por

Guilherme Stürmer Lovatto

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Educação Física Escolar
do Programa de Pós-Graduação em Educação Física

como requisito para obtenção do grau de

Especialista em Educação Física Escolar.

Orientadora: Prof.^a Maristela da Silva Souza

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação Física e Desportos
Programa de Pós-Graduação em Educação Física
Curso de Especialização em Educação Física Escolar**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**A CONTRARREFORMA UNIVERSITARIA NO BRASIL:
RELAÇÕES ENTRE A POLÍTICA DO BANCO MUNDIAL COM A
DOS GOVERNOS DE LULA/DILMA/PT**

elaborada por
Guilherme Stürmer Lovatto
como requisito para obtenção do grau de
Especialista em Educação Física Escolar

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maristela da Silva Souza, Dr.

(Presidente/Orientador)

Vinicius de Moraes Brasil, Especialista em Educação Física Escolar.
(UFSM)

Douglas Almir Tolfo Rossa, Especialista em Educação Física Escolar.
(UFSM)

Santa Maria, 16 de abril de 2015.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir a política educacional proposta pelo Banco Mundial para o ensino superior nos países da América Latina como uma das formas de conter a crise estrutural do capital e suas relações com a política governamental desenvolvida ao longo de 12 anos pelos governos de Lula/Dilma/PT. Em nossa avaliação, tais políticas mesmo que através do discurso afirmem a preocupação de defesa do direito a educação, aprofundam as políticas neoliberais desenvolvidas por FHC.

Palavras Chave: Política Educacional; Ensino Superior; Banco Mundial

ABSTRACT

This paper aims to discuss the educational policy proposed by the World Bank concerning higher education in Latin-American countries as an alternative of containing the structural crisis of capital and its relationship with the governmental policies developed through 12 years of Lula's/Dilma's/PT's governments. In our evaluation, even though these policies, in theory, assert their concern about the right to education, they deepen the neoliberal practices developed by FHC.

Key words: Educational Policy; Higher Education; World Bank.

A CRISE DA UNIVERSIDADE É SOCIAL

Para iniciar este artigo, partimos da compreensão de que a universidade é uma instituição social. Ao afirmarmos isso, buscamos compreendê-la a partir de uma perspectiva materialista histórica e dialética, ou seja, a partir de sua constituição histórico-social determinada pela forma como os homens produzem e reproduzem a sua existência. Partimos assim, da compreensão de Marx de que:

“(…) na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas

da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social.” (MARX, p.45, 2008)

Este método de analisar a história dos homens e conseqüentemente da universidade nos ajuda a compreender o atraso brasileiro no que diz respeito à implementação das primeiras universidades e seu modelo institucional baseado nas ideias culturais e pedagógicas da Europa. Para Florestan Fernandes:

“A razão da transcendência não era intrínseca. Devia-se à própria natureza da situação. Na época em que se dá a instalação da Corte e a elevação do Brasil a Reino Unido, a estrutura da sociedade brasileira revelava ao máximo as limitações do regime colonial português. Mesmo os estamentos senhoriais não possuíam condições e motivações, especificamente intelectuais e educacionais para imprimir densidade e intensidade a experiência. Por conseguinte, os modelos institucionais transplantados sofreram, simultaneamente, três tipos de empobrecimento estrutural-funcional.” (FERNANDES, Florestan, p.276, 2004)

Este atraso estrutural que Florestan aborda em sua contribuição, segundo ele, não foi superado, pois o país não possui até hoje um modelo de universidade autônomo que esteja em constante articulação com os problemas sociais brasileiros.

Não possui este modelo, não devido aos problemas de gestão interna da universidade ou a ausência de políticas públicas para o setor: não possui este modelo, pois a formação universitária em um país de capitalismo dependente, agroexportador e de commodities não necessita formar para o desenvolvimento social brasileiro, mas sim formar conforme as demandas da produção em escala internacional.

Esta leitura reafirma assim, a necessidade de entendermos a universidade á luz de condições, fatores e influencias que se projetam no cenário mais amplo das ações e das relações humanas. A universidade não surge como um mundo em si e para si da reflexão pedagógica.

Assim, para darmos prosseguimento ao artigo, retomamos o debate proposto no ano de 1983 no qual o docente da UNICAMP, Edmundo Dias, defendia que a crise que a universidade brasileira enfrentava na década de 1980 não se justificava pela inoperância interna da universidade, mas sim era fruto das políticas classistas desenvolvidas para desmontar esta instituição social e acabar por privatizar o direito social da educação. Em suas palavras:

Sabemos que é a própria estruturação da sociedade que determina, em grande parte, essa incapacidade. Hoje o modelo de desenvolvimento vigente no Brasil, por um lado, torna "desnecessário" o pensamento dos problemas nacionais (por exemplo, a dependência tecnológica) e, por outro, esse modelo dificulta ao máximo o processo de produção de conhecimento. São exatamente as práticas classistas fundadoras de um determinado padrão de acumulação capitalista e as que dele resultam, que fazem com que haja uma inadequação básica entre a Universidade e as grandes questões nacionais. (DIAS, p. 46, 1980)

Apesar de o debate remeter a década de 1980, compreendemos que esta discussão é pano de fundo para explicar o que se passa com o ensino superior no Brasil frente às políticas desenvolvidas ao longo dos últimos doze anos de governos petistas.

Ao longo da década de 1980, momento de ascenso das lutas sociais no Brasil, o movimento docente e sindical juntamente com o movimento estudantil discutia quais os rumos que a universidade e a educação deveriam tomar na perspectiva de atender a função social de produção do conhecimento para as demandas dos trabalhadores.

Defendiam a universalização da educação pública em todos os seus níveis, a gestão democrática, o aumento do financiamento público do setor e a autonomia didático-científica das instituições. Acreditavam que devido à universidade ser uma instituição social esta vivenciava em seu cerne a luta de classes que se desenvolvia em sua totalidade na sociedade, e por isso, necessitavam apontar caminhos para esta luta também no âmbito restrito da universidade.

Longe de ser uma luta corporativa, representava uma luta de todo o conjunto dos trabalhadores que se mobilizavam em torno da bandeira da redemocratização do país, pelo fim da ditadura militar e pela anistia. De fundo, representava a construção de um projeto político de conquista do poder pela classe trabalhadora, o Projeto Democrático e Popular o qual teria sua expressão maior no Partido dos Trabalhadores.

“O que se viveu no final da década de 1970 e início dos anos de 1980 foi uma incrível confluência de lutas sociais das mais diversas que encontraram na emergência de uma luta sindical, no coração mesmo da produção do valor, sua

expressão de unificação e fusão de classe, primeiro contra as condições de vida e trabalho, depois contra a ditadura que ruía. A coincidência com a crise da forma ditatorial emprestou ao movimento que se apresentava um alvo que permitia ir além do corte imediato de uma categoria ou setor de classe, e assim transformar-se em um movimento político de classe...” (IASI, p. 374, 2006).

Neste mesmo período, buscando contribuir com o desenvolvimento das universidades nos países ditos em desenvolvimento, o Banco Mundial em parceria com o Fundo Monetário Internacional formulava uma série de políticas de gerenciamento do ensino superior em países da África e da Ásia buscando, sob o discurso da ampliação do acesso a este nível de ensino, avançar na perspectiva da educação como mercadoria.

Esta formulação também será realizada para os países da América Latina e o Caribe no ano de 1994, três anos após a realização da Conferência Internacional de Educação Para Todos em Jointeng, e que irá influenciar a política educacional para o Brasil na formulação das Leis e Diretrizes e Bases da Educação em 1995.

“A aprovação da Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), segundo as premissas neoliberais, ampliou a liberdade para oferta da educação privada, garantindo, inclusive, a destinação de recursos públicos a entidades filantrópicas, confessionais ou comunitárias.” (GUIMARÃES, p. 23, 2011).

Tais políticas, longe de parecerem raios de chuva em um céu azul, distantes da nossa realidade atual, em nossa análise, tem determinado a realidade educacional brasileira e como o próprio Edmundo Dias já falava em 1983, tem sua determinação na luta de classes entre trabalhadores e capitalistas que fundamenta a sociedade em que vivemos. Sendo assim:

“A história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito.” (MARX e ENGELS, p. 2, 2012).

As formulações acima visavam apresentar respostas aos problemas que a educação superior apresentava frente à crise de superprodução do modo de produção capitalista ocorrida no ano de 1973, a qual além de frear o crescimento das taxas de

lucro, também colocava em debate a superação desta crise, seja pelo viés capitalista ou dos trabalhadores.

A resposta que venceu e ganhou materialidade também na consciência dos trabalhadores a partir do forte ataque a organização sindical foi à perspectiva neoliberal, de mercadorização dos elementos básicos da vida, como a saúde, a moradia, o saneamento básico, o transporte e a educação.

“A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.” (ANDERSON, p. 11, 1995).

Esta resposta, porém, será questionada pela história no ano de 2008 a partir da explosão da bolha do setor imobiliário nos Estados Unidos, que atingiu não somente este país, mas todos os demais países do globo como a Grécia, a Itália, a Espanha, Portugal, a China e o Brasil. Com a crise que se estabeleceu diversos bancos como o Lehman Brothers faliram e a saída foi os estados nacionais intervirem, contraditoriamente aos ditames do neoliberalismo, para salvar a economia.

“A burguesia aprende com seus erros. Um das diferenças mais importantes da crise atual com 29 é que os governos imperialistas agiram agora de forma completamente distinta. Se naquela depressão os governos deixaram a crise ocorrer, nessa crise injetaram uma soma recorde de recursos públicos na economia, cerca de 24 trilhões de dólares. Evitaram a continuação da quebradeira dos bancos iniciada com o Lehman Brothers e possibilitaram a recuperação atual.” (ARCARY, p 110, 2009)

Com a intervenção, os estados nacionais acumularam dividas imensas e com isso passaram a desenvolver políticas de ajuste fiscal, pacotes de austeridade que em suma, servem para atacar os gastos com os direitos sociais e ampliar as possibilidades de lucratividade dos grandes empresários e banqueiros.

No Brasil, desde o ano de 2009, quando as consequências da crise mundial começam a atingir a economia, os cortes de verbas em saúde, educação e segurança pública, atingiram o montante de 300 bilhões de reais. Em contrapartida a redução dos gastos com direitos sociais, vemos uma política de redução de impostos a empresas e bancos; deixa-se de gastar com os direitos por um lado, para compensar os grandes capitalistas por outro.

A crise da água em São Paulo, no começo do ano de 2015 nos parece dar um exemplo concreto dessa dinâmica. Em meio ao caos gerado pela seca dos reservatórios de água, que acabou por deixar a população sem água durante longos períodos do dia diante de uma política de racionamento, a SABESP, empresa responsável pelo setor, aumentou a conta da água, ao mesmo tempo em que divulgou uma lista¹ de empresas que ao gastarem mais água, ganhariam redução do imposto na cobrança da mesma.

O caso citado acima demonstra que a crise social a qual vivemos, não é fruto de uma política equivocada de governos, mas sim é própria da dinâmica de produção e reprodução da sociedade capitalista. Nada interessa aos gerentes do capital se aos trabalhadores e a juventude são negados condições básicas de vida como água, energia elétrica, saneamento básico, saúde e educação de qualidade: a estes interessa apenas a garantia dos lucros e a reprodução do capital. Nesse sentido é que retomamos a compreensão de Trotsky a respeito da situação atual do sistema capitalista.

“A condição econômica necessária para a revolução proletária já alcançou, no geral, o mais alto grau de maturação possível sob o capitalismo. As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer. As novas invenções e os novos progressos técnicos já não conduzem a um crescimento da riqueza material. Sob as condições da crise social de todo o sistema capitalista, as crises conjunturais sobrecarregam as massas com privações e sofrimentos cada vez maiores. O crescimento do desemprego aprofunda, por sua vez, a crise financeira do estado e enfraquece os sistemas monetários instáveis. Os governos, tanto os democráticos quanto os fascistas, vão de uma bancarrota à outra.” (TROTSKY, p. 12, 2008).

Nesse sentido, olhando para a situação política da sociedade brasileira, percebemos que além de uma crise econômica que se aprofunda desde o ano de 2008 com os sucessivos cortes de verbas em direitos sociais e ataques aos trabalhadores como

¹ Para acessar a lista: <http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2015/03/sabesp-divulga-nomes-das-524-empresas-que-mantem-contratos-de-demanda-firme-7694.html>

a aprovação do PL 4330 das terceirizações² vivenciamos também uma crise política que acaba por colocar em cheque a governabilidade petista ao longo dos últimos 12 anos de governo.

A greve do funcionalismo público federal no ano de 2012 e as manifestações de rua que agitaram o país em junho de 2013 demonstraram que a política de favorecimento dos grandes empresários e banqueiros em detrimento de políticas de fundo social desenvolvidas pelo governo petista se esgotaram. Cada vez mais, a burguesia exige de Dilma uma postura ditatorial no que diz respeito à solução da crise.

Para Antunes:

“Portanto, quer no espaço da vida cotidiana, quer em bens públicos fundamentais, como água, energia, transporte e saúde, a situação é caótica. A crise econômica devastou o modelo petista (e eu dizia isso em entrevistas na época das rebeliões de junho de 2013). O projeto dos governos Lula e Dilma já tinha ruído e entrado em processo de falência terminal. Acabou aquela ideia de abrir o capital para o cenário internacional, diminuir o tributo dos bancos, aumentar os juros e, paralelamente, incrementar o mercado interno. Esse modelo chegou ao limite. Mais de 30% da população está endividada, os juros são altíssimos, a dependência de qualquer tipo de cartão de crédito (pra não falar de outros financiamentos) é o flagelo dos pobres. Flagelo aparentemente virtual, mas profundamente real. O trabalhador compra um produto no cartão pagando 500 reais e, se atrasa o pagamento dois ou três meses, pensa que paga depois, já que é muito difícil entender a engrenagem dos mecanismos financeiros; e, quando se dá conta, ele está com 1000 ou 1500 reais de dívida. Pra não falar quando não consegue pagar e perde os próprios produtos adquiridos. Trata-se aqui do consumo inflado e depois subtraído dos pobres. Neste quadro, a crise política se exacerbou. Por causa de alguns elementos significativos. O leque de quase 20 partidos com os quais o PT se aliou, para poder governar e garantir as vitórias de Lula e Dilma, tem como sustentáculo o PMDB. Um dia, especialmente o chamado MDB autêntico, teve alguma significação progressista na luta contra a ditadura, em época em que não era possível ter partidos de esquerda, e estavam todos na ilegalidade. Era uma espécie de frente que aglutinava setores moderados e também setores de esquerda, da oposição. Mas não existe o menor rastro desse velho MDB que, ao longo dos anos 80, 90, 2000, crescentemente, se tornou o partido mais escandalosamente comprometido com a política da ordem. Vive da troca negocial, de favores em troca de favores, a ponto de apoiar o candidato à presidência de um partido e a governador de outro partido, assim como secretários, vices etc. de quaisquer outros partidos. Ou seja, a mais escandalosa prática fisiológica. Hoje é igual aos demais partidos à direita do PMDB, como o PP (basta dizer que é o partido do Maluf); e outros partidos menores são puramente de aluguel. Portanto, o PT se aliou, do centro para a direita, com o pântano.”(ANTUNES, in Correio da Cidadania, 2015).

Assim, a guinada do PT a direita em nada justifica o temor de um golpe militar propagandeado por seus militantes no que diz respeito aos atos “FORA DILMA” que agitaram o país em 15 de março de 2015. Em suma, estes atos, representam a

² <http://www.cartacapital.com.br/economia/lei-da-terceirizacao-e-a-maior-derrota-popular-desde-o-golpe-de-64-2867.html>

insatisfação de setores da burguesia com a condução do projeto político de manutenção da ordem por parte do Partido dos Trabalhadores.

Agitam a bandeira do impeachment, mas sob justificativa de apertar o cerco aos direitos dos trabalhadores. Como afirmado por Aluysio Nunes Ferreira do PSDB-SP e ex-candidato a vice de Aécio Neves a intenção das manifestações é sangrar Dilma até o ano de 2018³, quando esta encerrará seu segundo mandato.

Ou seja, há uma disputa dentro da ordem para decidir quem assumirá as rédeas de condução do projeto burguês para o Brasil tendo em vista as eleições de 2018. O fato preocupante é que ao atacar o PT, tais manifestações situam o conjunto das organizações de esquerda no mesmo bojo do partido, contribuindo para o desenvolvimento de um sentimento popular não apenas anti-petista, mas também conservador e contrário às organizações da classe trabalhadora.

A situação política atual retoma a discussão acerca do neoliberalismo. No campo da disputa dentro da ordem há o setor petista que muito timidamente defende a manutenção do neoliberalismo com uma faceta mais humana, enquanto os defensores do ato do dia 15 de março e 12 de abril reivindicam o aprofundamento das medidas neoliberais e de combate às organizações dos trabalhadores. Nesse sentido, nos parece fundamental a compreensão de Trotsky a respeito do desenvolvimento desse sentimento conservador na população.

“O proletariado deve responder, se não quiser ser esmagado. Mas não pode admitir nenhuma solução reformista ou pacifista. A luta será feroz. É necessário prever com antecipação as consequências inevitáveis da resposta e preparar-se para elas.” (TROTSKY, p. 150, 2012).

O corte de 70 bilhões em gastos sociais⁴, a passagem do comando de articulação política do governo para o vice-presidente Michel Temer⁵ e a aprovação do PL 4330 das terceirizações nos demonstram que não podemos guardar ilusões frente ao governo petista, que sob a batuta do capital internacional desfere ataques aos trabalhadores sob a propaganda de avanços sociais.

³ Matéria veiculada no site da revista Valor Econômico em 09/03/2015. <http://www.valor.com.br/politica/3944096/nao-queiro-o-impeachment-queiro-ver-dilma-sangrar-diz-tucano>

⁴ <http://www.agora.uol.com.br/brasil/2015/04/1611036-cortes-no-orcamento-podem-chegar-a-ate-r-80-bilhoes.shtml>

⁵ <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/04/dilma-rousseff-transfere-comando-da-articulacao-politica-para-michel-temer.html>

No âmbito da política educacional, este debate tem permeado a luta em defesa da universidade pública e é por consequência disso que nos demonstra a necessidade de avaliar a relação entre a política desenvolvida pelos organismos multilaterais e a implementada pelos governos petistas.

BANCO MUNDIAL: A SALVAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PELO MERCADO

O ano é 1994 e neste o Banco Mundial na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento das universidades fez um balanço das políticas desenvolvidas no setor, buscando ampliar a qualidade das instituições. O documento que sintetiza essa avaliação é *La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia*.

Para estes, o ensino superior tem a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento econômico e social, a formação de cargos de confiança, a prestação de serviços a empresas e governos, a constituição de uma identidade nacional e o alívio da pobreza através do aumento de força de trabalho qualificada e um crescimento econômico mais rápido (BANCO MUNDIAL, 1994).

Partindo dessa avaliação, percebemos que para o Banco Mundial, a universidade tem função social servir ao desenvolvimento da economia, formando mão de obra que possa ampliar o desenvolvimento econômico e servir aos interesses do mercado, que ao ser desenvolvido pode contribuir para a constituição de uma unidade nacional e aliviar a pobreza. Percebe-se que tal definição coloca a universidade como uma instituição social que serve para o mercado e não para pensar os problemas concretos dos trabalhadores e da juventude.

De acordo com o documento entre os anos de 1965 e 1990 as taxas de matrícula no ensino superior cresceram cerca de 1% a 9% no Norte da África, de 8% a 16% no Oriente Médio, de 7% a 21% na América Latina e de 8% a 17% na Ásia Oriental. Esse crescimento tem sido influenciado pelo forte investimento de recursos nos sistemas de educação superior, tanto com apoio externo como de organismos creditários e tem contribuído em suma para a nacionalização dos quadros burocráticos.

Porém para estes, mesmo tendo em vista a necessidade do ensino superior no crescimento econômico e no desenvolvimento social, os investimentos apresentam crises a nível mundial. Esta crise se dá devido às políticas de ajuste fiscal promovidos por diversos governos frente ao avanço das políticas neoliberais. Em suas palavras:

“Muchos sistemas públicos funcionan en condiciones adversas de hacinamiento, deterioro de sus instalaciones físicas, personal insuficiente, recursos escasos para las bibliotecas y equipos científicos y materiales didácticos insuficientes.” (BANCO MUNDIAL, p. 18, 1994).

Partindo dessa avaliação, o Banco Mundial coloca o questionamento de como garantir o desenvolvimento das instituições de ensino superior, tendo em vista o seu papel diante de uma sociedade de mercado, a formação de mão de obra e quadros dirigentes e a unidade nacional, em meio às políticas de ajuste fiscal.

Fica nítida, como se poderia esperar de um banco, que a preocupação não é a política de ajuste fiscal em si e suas consequências nefastas para os direitos sociais como é a educação, mas sim como se pode conter a crise que este ajuste gera nas universidades, ou seja, como evitar que existam questionamentos ao ajuste fiscal e a mercadorização da educação.

Partindo disso, o Banco Mundial fará a avaliação de que o modelo tradicional de universidades na perspectiva europeia tem demonstrado ser danoso para os países em desenvolvimento. Em suas palavras:

“El modelo tradicional de universidad europea de investigación con su estructura de programas en un solo nivel, ha demostrado ser costoso e poco apropiado en el mundo en desarrollo. laboral. (BANCO MUNDIAL, p. 5, 1994).

A avaliação do Banco Mundial de que a crise da universidade se deve ao ajuste fiscal promovido por governos, faz com que a alternativa apresentada pelo mesmo seja a de redução de custos principalmente no que diz respeito aos gastos com assistência estudantil. Em suas palavras:

“Es conveniente que el gasto por estudiante sea menor ya que refleja la utilización más eficiente de los recursos; sin embargo, la calidad de la enseñanza y la investigación en el nivel terciario se ha deteriorado aceleradamente en muchos países.” (BANCO MUNDIAL, p. 20, 1994).

Para eles, o alto custo com assistência estudantil é o que tem feito com que a eficiência da universidade no que diz respeito à produção de pesquisas voltadas para o mercado esteja reduzida. O alto custo com alimentação e moradia e a permanência em um grande tempo de estudantes nas instituições, fruto de um modelo de universidade europeu é o que tem contribuído para os baixos salários dos professores e para a precarização da infraestrutura.

Além disso, a formação ampla proporcionada pelo modelo europeu seria a responsável pelo aumento do índice de desemprego em estudantes com graduação. Segundo a sua avaliação, a universidade nos moldes europeus de formação ampla e voltada para a produção do conhecimento desinteressado não justificaria a intervenção estatal na instituição, pois mantém uma ineficiência tanto interna de utilização de quadro de pessoal e infraestrutura, como também uma ineficiência externa de formação arcaica de trabalhadores e de produção do conhecimento desvinculado do sistema produtivo.

Assim, em sua avaliação, seria preciso um amplo conjunto de reformas no que diz respeito o ensino superior, Em suas palavras:

“A menos que se lleven a cabo reformas para mejorar lós resultados de la enseñanza superior, muchos países están destinados a entrar el siglo XXI con una preparación insuficiente para competir em la economía mundial, donde el crecimiento dependerá cada vez más de lós conocimientos técnicos y científicos.” (BANCO MUNDIAL, p.28, 1994).

Fica nítido mais uma vez que a intenção do Banco Mundial é contribuir com o desenvolvimento das universidades tendo em vista a sua contribuição para tornar as economias em economias de mercado. A universidade assim, deveria se tornar cada vez mais um espaço voltado para o desenvolvimento econômico. Para isso, duas questões devem ser situadas: a primeira a necessidade de neutralizar o ativismo estudantil que dificulta a implementação das reformas e a segunda a busca da qualidade das universidades com cada vez menos gastos públicos.

Ambas as questões serão combatidas através de uma política articulada que terá em vista a transformação da universidade produtora do conhecimento crítico em um sistema de educação superior, ou nas palavras de seus formuladores, de educação terciária que buscará cortar recursos públicos, ampliar a iniciativa privada dentro do

espaço universitário, diversificar o sistema de formação em torno dos interesses mercadológicos, redefinir o papel do governo frente as universidades e atuar na formulação de um consenso através da ampliação da universidade frente a estudantes mais pobres e a entrada cada vez maior de mulheres, negros e populações originárias.

Diante da questão da diferenciação das instituições, vemos a clara intenção de ampliar o leque de instituições não universitárias e o aumento de instituições privadas de ensino. Nas palavras do banco:

“Es posible clasificar los sistemas de enseñanza superior em tres categorías amplias, según el grado de diferenciación institucional: 1) um sistema estatal no diferenciado que consiste solamente em universidades estatales; 2) um sistema estatal diferenciado que consiste solo em instituciones estatales, pero incluye um número considerable de instituciones de enseñanza superior no universitarias, al igual que universidades, y 3) um sistema de instituciones estatales y privadas diferenciadas, em que hay a la vez instituciones estatales y privadas.” (BANCO MUNDIAL, p. 32, 1994).

A partir desta classificação, o Banco Mundial irá afirmar que a grande tarefa é investir no aumento de matrículas em instituições não universitárias como os cursos politécnicos, os institutos profissionais, os colégios comunitários, os cursos técnicos de ciclo curto e a educação à distância. Isto se justificaria devido a serem modelos de formação de baixo custo, que formam os trabalhadores de forma mais rápida e possuem baixos índices de abandono.

Segundo o organismo, porém, é preciso cuidar com a diversificação. Esta tende a gerar contradições nos estudantes que passam a se entender em um nível de formação inferiorizado e que podem exigir a constituição de suas universidades em universidades de direito pleno (BANCO MUNDIAL, 1994).

Para que essa diferenciação ocorra, o Banco Mundial aponta a necessidade dos governos constituírem um marco regulatório jurídico que facilite o desenvolvimento das instituições, em especial as instituições de ensino privado.

Dentro deste marco, é preciso estabelecer um sistema de crédito para os estudantes, formular um exame nacional para avaliar as instituições públicas e privadas, incentivar financeiramente a iniciativa privada devido a esta ser menos onerosa ao

estado, ampliar a competição entre as instituições públicas e as privadas e criar mecanismos de meritocracia (BANCO MUNDIAL, 1994).

Já a respeito da diversificação das formas de financiamento o documento irá definir três eixos básicos para a reforma. São eles:

“Movilizar más fondos privados para la enseñanza superior en instituciones estatales; proporcionar apoyo a los Estudiantes calificados que no pueden seguir estudios superiores a causa del ingreso familiar insuficiente y; fomentar la eficiencia en la asignación y la utilización de los recursos fiscales entre y dentro de las instituciones estatales” (BANCO MUNDIAL, p. 45, 1994).

Para isso, uma das ações a serem tomadas pelas universidades públicas é a busca de formas de autofinanciamento. Uma delas seria a redução de custos com assistência estudantil como casas de estudantes e restaurantes universitários, sendo estes, juntamente com as matrículas pagos pelos estudantes.

Para aqueles que não puderem arcar com os custos, a universidade deveria buscar estabelecer bolsas de financiamento privado, sendo estas provenientes de ex-alunos, de fundos de financiamento e/ou provenientes de empresas através da isenção fiscal e da utilização dos estudantes bolsistas como mão de obra (BANCO MUNDIAL, 1994).

Além disso, outra forma de diversificar o financiamento através do autofinanciamento seria a busca da universidade em criar formas de ingresso a partir de cursos pagos de curta duração, estabelecer contratos com empresas para pesquisa e consultoria. Para estes:

“La eliminación de los subsidios relacionados con la instrucción, la adopción (o El aumento) de derechos de matrícula, la obtención de donaciones y la realización de actividades que generen ingresos proporcionarán a las instituciones una base financiera más diversificada y estable. Una meta indicativa a las instituciones estatales de nivel superior generaran ingresos suficientes para financiar aproximadamente 30% de SUS necesidades totales de recursos para gastos ordinarios con cargo a estas fuentes gubernamentales” (BANCO MUNDIAL, p. 49, 1994).

Assim, reduzindo os custos com as universidades em 30%, os governos poderiam destinar os recursos que seriam para a educação pública a outras áreas da

economia, contribuindo com a política de ajuste fiscal com áreas sociais. Além disso, o restante do financiamento seria destinado de acordo com as notas de excelência que os alunos teriam na realização dos exames nacionais de avaliação.

Com isso fica claro, que mesmo o receituário neoliberal propagar que o estado não deve se inserir na economia, este tem um papel essencial para a formulação e implementação das reformas necessárias a fim de contribuir com a ampla liberdade de circulação de mercadorias.

Isso fica claro, quando o documento do Banco Mundial aponta que o papel do estado frente às reformas necessárias para a constituição de uma universidade comprometida com o desenvolvimento econômico deve ser:

“El gobierno em lugar de ejercer una función de control directo, tiene ahora la tarea de proporcionar un ambiente de políticas favorable para las instituciones de nivel terciario, tanto públicas como privadas, y de emplear el efecto multiplicador de los recursos públicos a fin de estimular a estas instituciones a que satisfagan las necesidades nacionales de enseñanza y investigación. Se ha demostrado que el éxito de la ejecución de las reformas de la educación superior depende de una modalidad de gestión que haga hincapié em lo siguiente: un marco coherente de políticas; apoyo con incentivos e instrumentos orientados al mercado para aplicar las políticas; una mayor autonomía administrativa de las instituciones públicas” (BANCO MUNDIAL, p. 62, 1994).

Diante do exposto, fica claro que o papel do estado é reformular as leis a fim de possibilitar que o gerenciamento das universidades se apresenta a partir da lógica de uma universidade empresa. Para isso, seria preciso criar um órgão independente que opere essa reforma, um conselho de educação misto que consulte os envolvidos e busque neutralizar a política dentro da universidade e que elenque prioridades e faça um planejamento em longo prazo (BANCO MUNDIAL, 1994).

Com isso, os governos apenas deveriam controlar as formas de ingresso as universidades e estabelecer, junto a organismos privados de profissionais, exames que assegurassem a qualidade da formação de nível terciário. Já as instituições caberiam desenvolver uma gestão eficaz que redefina e oriente o financiamento escasso proveniente do governo.

Por último, as universidades deveriam agir na busca de adaptar a universidade as demandas do mercado de trabalho, ampliar a equidade e a qualidade da educação e da pesquisa (BANCO MUNDIAL, 1994).

Isso incluiria a ampliação de mulheres, negros e povos originários no sistema de ensino, os quais seriam avaliados constantemente através de uma prova nacional comum ou diversificada, que teria como objetivo selecionar os mais aptos para continuar os estudos.

Aos professores, caberia a tarefa de saber gestionar os gastos com seus programas de pesquisa e supervisionar seus educandos de acordo com as metas estabelecidas pelos organismos de fomento a pesquisa e produção do conhecimento.

O documento é finalizado com o balanço positivo da atuação do Banco Mundial frente a formulação de políticas que busquem o desenvolvimento das instituições de ensino superior voltadas para o mercado e para a economia capitalista. No Brasil, o documento aponta que esta atuação se dá desde os anos de 1986, sendo assim, cabe a nós entendermos como esta política mais geral se desenvolve no âmbito da política educacional brasileira.

12 ANOS DE GOVERNO PT: APROFUNDANDO A CONTRARREFORMA

Devido ao apontamento de que a contribuição do Banco Mundial a política educacional brasileira se dá desde o ano de 1986, buscaremos agora analisar como esse conjunto de políticas se desenvolve no Brasil. Nosso foco são os governos petistas, mas por observarmos que há uma continuidade e um aprofundamento das políticas neoliberais iniciados nos anos de 1990, necessitamos retomar a elas.

Como já mencionado, a constituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei 9394/96 - se deu dentro dos marcos de uma política mais geral de mercadorização da educação fruto das políticas neoliberais. Diferente do que nos é retratado nos cursos de formação de professores, a atual LDB foi implementada frente a um processo de embates de projetos. De um lado, o projeto neoliberal

apresentado às pressas pelo governo de FHC e de outro o projeto formulado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FONDEP).

Desse embate, na busca de um consenso social, se instituiu a lei que cria uma gama de políticas que acabavam por desvincular a educação como uma finalidade do estado, passando esta tanto para a família quanto também, e principalmente para a iniciativa privada através da possibilidade de diversificação das instituições de ensino. Segundo Leher:

“O governo Cardoso atuou no sentido de redefinir os marcos normativos da educação em distintos níveis. No plano mais geral, disputou e venceu os embates pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE), avançando também no novo desenho institucional do Estado, por meio do Plano Diretor da Reforma do Estado e na redefinição do financiamento da educação fundamental por meio do FUNDEF. Mas as medidas operativas mais específicas não foram negligenciadas: parâmetros curriculares, sistemas centralizados de avaliação, escolha de reitores nas universidades, composição e natureza do Conselho Nacional de Educação, disjunção educação profissional e propedêutica, em suma, seu governo encaminhou um conjunto de medidas que realmente alcançou todos os níveis e modalidades da educação. “ (LEHER, p. 5, 2012)

O marco de implementação da LDB, se deu diante de um debate que ocorria mundialmente e que colocava em questão o papel do aparelho do estado no que diz respeito o desenvolvimento econômico. Diante desse debate, o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) cria no ano de 1995 o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), presidido pelo economista Luiz Carlos Bresser Pereira.

Tal ministério teria como objetivo reformular as funções do estado através da necessidade de superação das duas alternativas que existiam no que diz respeito ao aparelho estatal – o estado de bem estar social e o estado neoliberal – os quais seriam considerados irrealistas, o primeiro por subestimar o desequilíbrio do papel do estado frente à economia, e o segundo por ser utópico (BRASIL, 1995).

Conforme o documento seriam necessárias ações ministeriais para realizar uma reforma do estado que o transformasse em um estado gerencial, interventor na economia, mas sem ser burocraticamente oneroso as contas públicas. Tais ações imprescindíveis seriam:

“Neste sentido, são inadiáveis: (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social,

proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas” (BRASIL, p. 11, 1995).

Conforme o texto acima fica claro a perspectiva de constituição de um estado mínimo frente aos gastos com os direitos sociais, que deve gerenciar o enxugado aparelho estatal conforme as demandas do mercado de trabalho, criando condições que garantam a concorrência – entre o público e o privado – e desenvolvendo ações de caráter social que busquem garantir a governabilidade.

Percebemos que a perspectiva do documento se coaduna com a perspectiva defendida pelo Banco Mundial no que diz respeito à condução das políticas educacionais para os países da América Latina e o Caribe. O estado não deve abandonar sua intervenção na economia, mas deve a fazer sob uma perspectiva de consulta aos envolvidos, de forma flexível e democrática, contando em muitas vezes com comissões de especialistas que irão sistematizar os debates realizados.

É sobre essa perspectiva que será construído o Plano Nacional de Educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 87, parágrafo 1 determina que “a União no prazo de um ano partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos”.

As discussões são deflagradas e o Ministério da Educação e do Desporto acompanha paralelamente as discussões. Este acompanhamento paralelo se reflete na Exposição de Motivos nº 221, que é entregue ao Presidente da República quatro dias antes do prazo estabelecido pela LDB. O projeto de lei que dá base a construção dos debates relacionados ao PNE é fruto da organização da sociedade civil – PL nº 4155 de 10 de fevereiro de 1997 – tendo em vista que o projeto apresentado pelo governo ocorre um dia depois através do PL nº 4178/98. Após três anos de embates, o Plano Nacional de Educação é aprovado pela lei nº 10.172 em 9 de janeiro de 2001, assinado pelo relator, o deputado Nelson Marchesan do PSDB-RS (NETO, 2011).

Percebe-se que novamente, a busca da governabilidade se dá por parte do governo que encaminha as pressas o seu projeto de política educacional que é fruto do acompanhamento das discussões na sociedade civil. A configuração do PNE se dá nos

marcos de configuração de um falso consenso que não existe na realidade de uma sociedade de classes.

A síntese final do projeto é de um partido da ordem e os elementos basilares para uma política educacional coerente com os interesses dos trabalhadores são vetados, como é o caso do veto a meta de atingir 7% de financiamento para a educação pública por parte do presidente FHC.

Fruto das discussões da LDB e do PNE, que instituem os marcos mais gerais para a política educacional brasileira, cabe ao momento discutir e encaminhar a política de formação mais específica para os cursos de graduação. Esse processo se dá também nos marcos de governabilidade que tanto a reforma do estado como o banco mundial prevêem para a construção das políticas de países ditos em desenvolvimento.

Tal proposta de configuração das DCNs se enquadra nos marcos da política apresentada pelo Banco Mundial para os países da América Latina. Conforme o documento apresentado anteriormente:

“Por último, la experiencia reciente demuestra que el éxito de la reforma depende de que los responsables en adotar decisiones logren crear un consenso entre las diversas partes constitutivas del subsector de enseñanza superior [...] Un enfoque potencialmente eficaz consiste en iniciar, en el marco de un comité directivo, una consulta nacional sobre la necesidad de la reforma y su contenido. Con la participación de todos los sectores interesados, incluidos los administradores de las universidades, el cuerpo docente, los estudiantes, los funcionarios de los ministerios y los empleadores, el comité directivo y sus grupos de trabajo contribuirían a aumentar considerablemente las probabilidades de lograr un consenso” (BANCO MUNDIAL, p. 65, 1994).

Com isso, mesmo havendo resistências, como é o caso dos estudantes de educação física organizados no Movimento Estudantil de Educação Física e na Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física, a aprovação das políticas acaba por se dar em marcos que contrapõem a verticalização e imposição de governos burocráticos e autoritários, deixando transparecer, ao menos na aparência, a construção diante de um viés democrático. Conforme Leher (2008) o método de implementação é novamente a falsificação do consenso.

Essa forma de construção, em que o estado apenas opera as reformas do ensino que ocorrem pelas demandas dos setores envolvidos, contribui na aprovação de uma formação que serve as interesses do mercado, como nos explicitam DOS SANTOS, MENEGHEL (2012):

“Essa forma já não estava servindo para as necessidades de formação de trabalhadores no país, que dentro da lógica de acumulação do capital e das reestruturações produtivas também precisa alterar a formação dos trabalhadores para superar as crises, então ligada ao novo padrão de acumulação a formação a partir das DCN possibilita maior flexibilidade, pois elas são orientadas a serem seguidas, logo, mais fácil de serem flexibilizadas e de serem postas a serviço do mercado” (DOS SANTOS, MENEGHEL, p. 138, 2012).

Como temos visto, sob a “nova” perspectiva de atuação do estado a partir de uma lógica gerencial, o estado não deixa de intervir na economia, mas sim orienta toda a sua estrutura e nesse caso, a política educacional, para ser reformulada a partir da perspectiva do mercado. O faz, porém, diferentemente de governos neoliberais como Margaret Thatcher e Ronald Reagen, diante de uma perspectiva de consulta aos envolvidos, sob um viés democrático, buscando construir caminhos para garantir a governabilidade.

Diante desse processo de busca da governabilidade e a constituição de novos consensos sociais diante da crise do capital, é que no ano de 2002, ocorrerá à eleição do primeiro presidente operário do mundo, Luis Inácio “Lula” da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT).

Para os trabalhadores que construíram o projeto petista ao longo de árduas lutas contra a ditadura e o governo neoliberal de FHC, era o momento em que a “esperança vencia o medo”. Porém o transformismo pelo qual o partido passou ao longo de diversos embates, da perspectiva de acumulação de forças e da busca da hegemonia na sociedade civil, irá nos demonstrar o oposto.

Antes mesmo das eleições a cúpula dirigente do Partido dos Trabalhadores divulga a Carta ao Povo Brasileiro, que ficou conhecida como a carta aos empresários, na qual, Lula se compromete a cumprir os acordos de subordinação estabelecidos do país com o FMI e o Banco Mundial realizados por FHC (PERGHER, 2012).

Conforme o documento é preciso constituir um novo pacto social para crescer, incluir e pacificar, palavras que já demonstram que os interesses dos governos petistas se coadunam com a perspectiva de governabilidade tão essencial a manutenção da ordem burguesa em um período de crise do capital. Segundo este:

“O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação” (DA SILVA, p. 2, 2002)

É sobre esta perspectiva de continuidade e não de ruptura com a ordem social existente é que o Partido dos Trabalhadores nos dois mandatos de Lula e Dilma irá intervir na formulação das políticas educacionais sob a perspectiva de conformação de uma governabilidade necessária para a ordem do capital.

Em 20 de outubro de 2003, o governo cria por decreto o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) composto por membros da Casa Civil e da Secretaria-Geral da Presidência da República e dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e da Educação que tem por objetivo:

“sugerir idéias para enfrentar a crise atual das universidades federais e orientar o processo de reforma da universidade brasileira, para fazer dela um instrumento decisivo da construção do Brasil ao longo do século XXI” (BRASIL, p. 1, 2003).

Percebe-se já no começo do documento que a orientação do Banco Mundial de buscar formas de consenso entre os envolvidos no processo de formulação das políticas educacionais é seguida pelo governo do Partido dos Trabalhadores.

De acordo com o mesmo, ao longo do ano de 2003 o MEC promoveu debates como o Seminário “Porque e Como Reformar a Universidade”, divulgou artigos e preparou a construção de um Seminário Internacional⁶ para discutir a reforma da

⁶ [...]o MEC promove debates sobre a universidade no Brasil através do Seminário Internacional Universidade XXI, contando na organização do evento com a parceria do BM, Organização dos Estados Americanos, Organização dos Estados Ibero-Americanos, Conselho Britânico, Universidade das Nações Unidas e da Rede Orus. Esta última em especial, foi responsável pela elaboração de um diagnóstico sobre a crise da educação superior brasileira e é presidida por “nada mais, nada menos” que Edgar Morin. In Nishimura, Ballardín, p.59, 2012.

educação superior no Brasil. Isso demonstra a lógica gerencial seguida para a condução das políticas, como nos expressa:

“Mas a reforma que conduzirá a universidade brasileira ao seu novo protagonismo histórico no século XXI será efetivada com zelo democrático. A urgência não pode servir de pretexto para o autoritarismo arbitrário. Todos os passos da reforma universitária brasileira serão realizados em diálogo com a comunidade acadêmica e em estreito comprometimento com o futuro da Nação” (BRASIL, p. 11, 2003).

Ou seja, para conseguir implementar a reforma universitária que o país precisa para colocar a universidade no caminho do desenvolvimento, o governo petista necessita criar um consenso entre os setores envolvidos. Isso, segundo o documento, se daria pela condução do zelo democrático.

No que diz respeito à política de financiamento das instituições de ensino superior, a avaliação do GTI coaduna da avaliação da crise fiscal pela qual o estado tem passado ao longo dos últimos anos. A alternativa colocada assim seria a de reformulação da autonomia universitária nos moldes do documento do Banco Mundial, entendida esta como a busca das universidades em captar e gerenciar recursos. Nas palavras do documento:

“Se, por um lado, a gravidade da crise emergencial das universidades está na falta de recursos financeiros do setor público, não se pode negar que, por outro lado, a crise decorre também das amarras legais que impedem cada universidade de captar e administrar recursos, definir prioridades e estruturas de gastos e planejamento. Por isso, a imediata garantia de autonomia às universidades é um passo necessário para enfrentar a emergência. A autonomia deve conferir à universidade, de forma participativa e transparente, competência para dispor sobre sua organização administrativa, suas questões financeiras e suas políticas em matéria, sem interferência de outros órgãos do Governo, nos limites constitucionais. A relação com o Governo e o Estado se daria no momento de sua avaliação, quanto aos aspectos da boa gerência, feita pelo TCU, e pelo Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior do MEC” (BRASIL, p. 9, 2003).

Pelo exposto, fica nítido a relação estabelecida do documento do governo com a proposta de gerenciamento das universidades estabelecida pelo documento do Banco Mundial. Como nos expressa o próprio documento *La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia*:

“La descentralización de todas las funciones administrativas claves (entre ellas las atribuciones para fijar derechos de matrícula, contratar y despedir personal, y utilizar asignaciones presupuestarias em forma flexible en las distintas categorías de gastos) adignándolas a las propias instituciones de enseñanza

superior es una condición sine qua non para el éxito de las reformas, sobre todo em ló relacionado con la diversificación Del financiamiento y la utilización más eficiente de los recursos” (BANCO MUNDIAL, p. 11, 1994).

Porém, mesmo tendo em vista a defesa da descentralização de todas as funções administrativas da universidade, tendo em vista a busca de sua autonomia, o governo apresenta como alternativa para iniciar o processo da reforma, a formulação de um Pacto da Educação Superior para o Desenvolvimento Inclusivo, no qual atrela um maior financiamento das instituições públicas àquelas que aderirem de forma voluntária ao mesmo. Conforme o documento:

“A adesão ao Pacto de Educação Superior para o Desenvolvimento Inclusivo é voluntária. O Pacto é urna ação de amplitude nacional, a ser implementada no curto prazo, congruente com uma visão de futuro de longo prazo, que corresponde a um novo modelo universitário cujas características fundamentais deverão ser definidas ao longo do primeiro semestre de 2004, em diálogo aberto com a comunidade acadêmica e a sociedade em geral” (BRASIL, p. 13, 2003).

Ora, se a avaliação é de que a crise da universidade se dá devido ao ajuste fiscal realizado por outros governos, o que levou a estagnação do desenvolvimento das universidades, a vinculação de maior financiamento àquelas instituições que aderirem ao pacto, mesmo que se dê de maneira não autoritária, mas voluntária, na prática se contradiz.

Como bem colocado pelo Banco Mundial, cabe aos gestores públicos gerenciar a crise que a universidade enfrente frente aos ajustes fiscais dos governos. Com um maior financiamento e a possibilidade de discutir os rumos do ensino superior, não há quem não se coloque a aderir a tal imposição democrática.

A partir da configuração deste documento, o ministro da Educação Tarso Genro apresenta a 7 de Junho de 2004 um conjunto de orientações para dar prosseguimento a reforma do ensino superior. Neste, fica nítido mais uma vez que a política educacional desenvolvida pelo governo petista segue a risca os imperativos propostos pelo Banco Mundial. Os princípios que devem orientar as diretrizes da reforma seriam:

“a) Educação é um bem público e direito básico e universal dos cidadãos, devendo ser entendida enquanto fator estratégico para a nação, para valorização de seu passado, fortalecimento de seu presente e criação de seu futuro; b) A Educação, como direito subjetivo, é um elemento de transformação pessoal e de participação na cidadania, devendo ser acessível a todos, em todas as fases da vida, constituindo-se em fator de justiça social, **oferecendo equidade de oportunidades a todos os cidadãos, contribuindo para a redução de**

desigualdades regionais, sociais e étnico-culturais; c) A qualidade é indispensável para a garantia do papel social e político da Educação, a Universidade, em particular, deve constituir-se em elemento de referência. Deve, também, ser a expressão de uma sociedade democrática e pluricultural em que se cultiva a liberdade, a solidariedade e o respeito às diferenças. A Universidade é, também, o ambiente em que, especialmente, se reinventa a solidariedade e a partilha de saberes, promovendo a inclusão social e produzindo conhecimentos dirigidos à construção de um futuro melhor para todos; d) **A missão central e estratégica do Sistema de Ensino Superior, tanto Público como Privado, no projeto de desenvolvimento cultural, econômico e social do país, é formar profissionais de qualidade, produzir ciência e tecnologia,** assim como cooperar no entendimento do ser humano e do meio em que vive, gerando e divulgando conhecimentos culturais, científicos e técnicos. Deve, também, promover a profunda relação com a sociedade, valorizando a extensão como instância de mediação entre as Instituições de Educação Superior e a sociedade; e) A necessidade de reconhecer a pluralidade e a diversidade regional das Instituições do Sistema Federal, **estabelecendo um novo marco regulatório de autonomia para as Universidades e de prerrogativas para Faculdades, Faculdades Integradas, Centros Universitários e Centros de Educação Tecnológica, em coerência com os princípios gerais de eficiência e responsabilidade,** comprometendo a participação das comunidades, interna e externa, na supervisão dos rumos das Instituições; f) **O papel do Estado é supervisionar a Educação Superior. A qualidade acadêmica necessita ser conjugada com relevância social e equidade, implantando um Sistema Nacional de Avaliação, cujos resultados se articulem com a Regulação, recuperando a capacidade do Estado de estabelecer padrões mínimos de qualidade.** Da mesma forma, combater desigualdades sociais e regionais, e acompanhar e supervisionar o Sistema Federal de Ensino Superior, entendido este processo tanto em colaboração com a imprescindível melhoria de qualidade do Ensino Básico como conectando-se com a Pós-Graduação; g) O fortalecimento do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas Universidades; h) Gratuidade no ensino nas Instituições do Sistema Público Federal; i) Vínculo com os demais níveis de educação, em especial com a formação de professores do outros níveis de ensino.” (BRASIL, p. 5, 2004, grifos nossos).

Na citação acima, fizemos a escolha de grifar os elementos que nos indicam a proximidade de política desenvolvida pelo Banco Mundial e o governo do Partido dos Trabalhadores para a formulação da política educacional para o ensino superior.

Apesar de situar elementos que referenciam a defesa da educação pública como direito social e a sua necessária democratização, pautas do movimento docente e estudantil ao longo dos anos, o que fica nítido são os pilares estabelecidos pela política mais geral dos organismos multilaterais.

A definição do papel da universidade na formação de trabalhadores para o desenvolvimento econômico da nação através da produção de ciência e tecnologia, a busca da equidade para diminuir as desigualdades regionais como forma de buscar o

consenso, a necessidade de um novo marco regulatório que modifique a perspectiva da autonomia das instituições universitárias sob a perspectiva da eficiência e responsabilidade, a reafirmação da diversificação das instituições de ensino superior e o papel do estado em avaliar e orientar as políticas através de um sistema nacional de avaliação.

A partir dessa série de debates e formulações, o governo irá encaminhar para o Congresso Nacional o PL 7200/06, no qual irá conter os elementos constitutivos da Reforma Universitária colocada em curso no país.

Devido à resistência de diversos setores como o ANDES-SN e o Grupo de Trabalho “Vamos barrar essa reforma universitária”, composta por diversos setores do movimento estudantil, o documento não é aprovado, mas a sua política é implementada de forma “fatiada”, como forma de desarticular a resistência. Como nos explicita NISHIMURA e BALLARDIN (2012):

“Entre os anos de 2004 e 2005, o governo Lula aprova de forma “fatiada”, por meio de Medidas Provisórias, os principais pontos da contra-reforma universitária. Um detalhe que chama a atenção é a data na qual as leis foram sancionadas, final de dezembro e início de janeiro, período de pouco movimento nas universidades, enfraquecendo as iniciativas contrárias às medidas desde a habilidade política de Lula no poder” (NISHIMURA, BALLARDIN, p. 59, 2012).

Com isso, são aprovadas a Lei nº 10.861 de 14 de Abril de 2004 que institui o SINAES, a Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973 de 2 de Dezembro de 2004), a Lei nº 11.709 de 30 de dezembro de 2004 que cria as Parcerias Público Privadas e a Lei nº 11.906 de 13 de Janeiro de 2005). Tais leis criam a possibilidade das universidades se articularem com a iniciativa privada, buscando ampliar seus recursos e colocam como papel do estado a avaliação da condução das políticas através de um exame nacional de avaliação. Ambas, coadunam com a política defendida pelo Banco Mundial.

Em 2007, o governo implementa através do Decreto nº 6069 de 24 de abril o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI. Sob a forte propaganda de ampliação das vagas nas universidades federais e ampliação do financiamento, o programa na realidade apresenta uma proposta de gerenciamento das universidades que busca um melhor aproveitamento de quadro de pessoal e infraestrutura.

O inchaço de vagas provenientes do REUNI e o insuficiente financiamento que levou as universidades a aderirem o mesmo, sob a justificativa de que primeiro se criaria o problema de novos cursos e novas vagas, para depois encontrar-se a solução, abriu espaço ainda maior para a necessidade das universidades buscarem mecanismos de autofinanciamento possibilitados anteriormente pelas leis aprovadas no ano de 2004.

Ainda, outras duas leis ainda, cabem ser situadas aqui, como medidas regulatórias do estado para situar à universidade na perspectiva do gerenciamento empresarial e da educação como mercadoria, políticas propostas pelo Banco Mundial.

A primeira delas, apesar de não se enquadrar como uma proposição dos governos dos Partidos dos Trabalhadores, demonstra a implementação da política dos estudantes pagarem pela sua formação. Tratamos da Lei nº 10.260 de Julho de 2001 que institui o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Essa lei cria a possibilidade dos estudantes pagarem a sua formação de nível superior através de financiamento garantido pelo estado através de dotações orçamentárias provenientes do MEC.

A proposta, apesar de atender os interesses de milhões de jovens que querem estudar, acaba por colocar a educação como um serviço a ser consumido e que pode ser financiado pelo estado. Ao invés deste destinar recursos para as instituições públicas de ensino, acaba por garantir a manutenção dos lucros dos tubarões do ensino.

A outra lei que diz respeito à mercadorização da educação é a nº 12.550 de 15 de Dezembro de 2011 que autoriza o poder executivo a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Esta cria uma empresa pública que gere os hospitais universitários em parceria com a iniciativa privada. É uma forma de terceirização do quadro de pessoal dos HUs, pois apesar de ser pública é gerida sob a perspectiva empresarial e sem relação com as normas empregatícias da CLT.

No ano de 2014, o governo Dilma, frente à caótica situação em que se encontram as universidades públicas frente a ausência de professores, propôs a criação de uma Organização Social⁷ para subcontratar professores, já que a realização de concursos públicos é uma política que vai contra o ajuste fiscal necessário para garantir a lógica do estado gerencial.

⁷ <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7054>

A proposta foi abafada, inclusive com a contrariedade da Associação dos Diretores das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), porém, retoma novamente com a aprovação do PL 4330/15 o qual regulamenta a terceirização de atividades fins, como a contratação de professores, médicos, enfermeiros, jornalistas, etc.

Fica nítido que a formulação das políticas educacionais no país caminha lado a lado com o desmonte da perspectiva de um estado que garanta direitos sociais aos trabalhadores. Segundo Kátia Lima:

A reformulação da educação superior que está sendo realizada pelo Governo Lula da Silva está inserida em um processo mais amplo de reordenamento do Estado capitalista, considerado como uma das principais estratégias da burguesia internacional para o enfrentamento da crise estrutural do capital. Um processo que atravessou o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, quando a educação será incluída no setor de atividades não exclusivas do Estado (Silva Jr. e Sguissardi, 1999), e está sendo aprofundado no governo Lula da Silva, através de uma segunda geração de reformas neoliberais. (LIMA, p. 9, 2011)

Ainda segundo Leher:

O bloco de poder constituído pelo reequilíbrio de forças provocado pelo transformismo do PT e da CUT não deixou de ser efetivamente dirigido pelos setores mais organicamente vinculados ao imperialismo. Por isso, as iniciativas do governo Lula da Silva seguiram os trilhos da política educacional do governo Cardoso, como o apoio ao setor privado por meio de isenções tributárias, os contratos de gestão entre municípios, estados e MEC, a avaliação produtivista dos resultados (ENADE, ENEM, SAEB, Provinha Brasil), as medidas focalizadas, o entusiasmo pela educação a distância, a disjunção da formação profissional e do ensino propedêutico, o conceito de educação rural proveniente do programa Escola Nova colombiano. São quinze anos de política social-liberal. A agenda de Cardoso foi radicalizada nas isenções tributárias para o setor empresarial (ProUni), na expansão da rede de educação tecnológica de curta duração (agora muito semelhante aos *community colleges* estadunidenses, inspirados no convênio de cooperação do MEC com a USAID), no grau de massificação do uso da educação a distância (Universidade Aberta do Brasil, liberalização da modalidade no setor privado-mercantil), na expansão das matrículas das universidades federais por meio de um contrato de gestão – o Programa de Reestruturação das Universidades Federais – e no aprofundamento do deslocamento do par ciência e tecnologia como pesquisa e desenvolvimento (inovação), ressignificando a universidade como locus de venda de serviços de baixa relevância tecnológica e científica. (LEHER, p. 33, 2012)

Assim, os 12 anos de governos petistas, diferentemente do que se esperava aprofundou a contrarreforma da educação superior iniciada nos governos de FHC. E a

fez, não somente atacando diretamente a estrutura universitária, mas também atacando os direitos dos trabalhadores, como se deu recentemente com a aprovação do PL 4330 e como se deu em 2003 quando da aprovação da contrarreforma da previdência. A ofensiva neoliberal é imensa e frente a ela é preciso resistir.

CAMINHOS DA RESISTÊNCIA: A LUTA DE ESTUDANTES E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

Ao longo do texto, abordamos a relação dos documentos do Banco Mundial com as políticas desenvolvidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores ao longo dos últimos 12 anos.

Podemos perceber, que com o respaldo de uma história de lutas sindicais e populares, pela democratização do país, tendo em vista inclusive uma perspectiva socialista apresentada inicialmente, o governo petista conseguiu garantir a implementação de contrarreformas que antes, em outros governos declaradamente neoliberais não seriam possíveis.

Todo esse processo se deu frente à necessidade do capital garantir a constituição de uma governabilidade que consiga sustentar a crise pela qual o capital enfrenta e que assola de forma destrutiva a vida dos trabalhadores e da juventude. Tanto a política apresentada pelo Banco Mundial para os países da América Latina, como a reformulação estatal proposta por Bresser Pereira no governo FHC abriu caminhos para que a burguesia nacional e internacional colocasse nas mãos do PT a condução do projeto de sociabilidade burguês.

Isso claro, não se deu sem o consentimento das direções do partido dos trabalhadores. Como já afirmamos, o PT se transformou em um partido contra a ordem para um partido de defesa da ordem. A polarização manifestada nas eleições e nos atos dos dias 13 e 15 de abril nada mais é do que a disputa dos rumos da condução do projeto burguês.

Diferente do que fez em 12 anos frente à política de conciliação de classes, que historicamente e não só no Brasil serviu a Burguesia, o Partido dos Trabalhadores não consegue mais esconder de setores da massa trabalhadora e da juventude a ilusão do

sonho reformista. Cada vez mais se demonstra a necessidade de atacar a classe trabalhadora, inclusive em relação às políticas focalizadas como é o caso da Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, e no caso das universidades do FIES.

A resistência a este projeto tem sido construída pela base e na perspectiva de construir uma alternativa de poder dos trabalhadores. Muitos são os vícios provenientes do projeto democrático e popular que lamaceiam a construção da esquerda, mas também muitos são os elementos de necessidade de superação desse projeto.

As ocupações de reitoria nos anos de 2007 e 2011 demonstraram no seio do movimento estudantil que a União Nacional dos Estudantes serviu e serve como cabo USB de todas as políticas governamentais para o ensino superior. A ruptura de diversas executivas e federações de curso, como é o caso da ExNEEF em 2008, apontaram que a alternativa é a volta ao trabalho de base e a criação do novo no dia a dia dos estudantes e trabalhadores.

A greve das universidades federais no ano de 2012 também demonstrou que a política educacional proposta pelo governo do Partido dos Trabalhadores tem servido ao aprofundamento da mercantilização da educação superior como proposto pelos organismos multilaterais como é o caso do Banco Mundial.

A greve de 2012, conhecida como greve REUNI, se ampliou para grande parte dos servidores públicos federais e comprovou novamente que em 12 anos de governos petistas, nem CUT e nem UNE serviram para defender os interesses dos trabalhadores. Afirmaram também, que a precarização se dá no âmbito das universidades, mas também em todos os demais serviços públicos que deveriam ser oferecidos de forma gratuita e com qualidade pelo estado.

O ano de 2013 ainda, em meio a realização da Copa do Mundo no Brasil, demonstrou através das mobilizações de rua de junho e julho, que não são somente os estudantes e os funcionários públicos os setores atacados. É também, o conjunto da juventude trabalhadora, negra e periférica que enfrenta no dia a dia o caos do transporte coletivo urbano, que de público não tem nada, a forte especulação imobiliária que arrasta cada vez mais para a periferia milhões de homens e mulheres, o caos da saúde e da educação públicas que frente ao ajuste fiscal promovido pelo estado são cada vez mais e mais precarizados tendo em vista a sua iminente privatização.

A precarização das condições de vida dos trabalhadores e da juventude demonstram que não podemos aderir a propaganda governamental de que é preciso nos momentos de crise ter paciência e conciliar os interesses dos trabalhadores e da juventude com o de quem os explora. É preciso romper com a perspectiva de governabilidade defendida tanto pelos governos Dilma, como também pelos governos estaduais, como é o caso do Sartori no RS.

Em 2014, em meio a uma conjuntura de greves e mobilizações, como a dos garis no RJ e dos rodoviários em Porto Alegre, o setor da educação construiu o 1º Encontro Nacional de Educação. Este, diferente do que o governo propagandeia, fez um balanço das políticas educacionais e apontou a necessidade do enfrentamento.

Foi construído em unidade com setores da esquerda que se propõe a opor-se a política de governabilidade petista e buscou debater os problemas da educação em sua materialidade, a partir da base, que é dali, mas não somente, de onde as alternativas devem ser construídas.

Apontou também que a resposta para os problemas da educação deve ser uma resposta construída pela classe trabalhadora em seus processos de luta, que nem de longe se restringem aos marcos corporativos das lutas pela educação, mas se ampliam para todas as lutas em defesa de uma sociabilidade verdadeiramente humana.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo.** In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARCARY, Valério. **Notas sobre crises econômicas e revolução em perspectiva histórica.** In: Arruda Sampaio Jr., Plínio de (org.) *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial.* São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 1ª edição, 2009, p. 141-158.

ANTUNES, Ricardo. **Falência do PT gera instabilidade política.**
http://www.correiodadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10596:manchete160315&catid=72:imagens-rolantes Acessado em 13 de abril de 2015 às 05h56min.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiência.** <http://firgoa.usc.es/drupal/files/010-1344Sp.pdf> Acessado em 30 de abril de 2014 às 17h00min.

BRASIL. **Grupo de Trabalho Interministerial Reforma Universitária**, 2003. <http://www.sintunesp.org.br/refuniv/GT-Interministerial%20-%20Estudo.htm> Acessado em 30 de abril de 2014 às 17h00.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**, 1995. <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf> Acessado em 30 de abril de 2014 às 17h30min.

BRASIL. **Reafirmando Princípios e Diretrizes para a Reforma do Ensino Superior no Brasil**, 2003. <<http://www.fedepsp.org.br/superior/MEC%2002-08-04.htm>> Acessado em 30 de abril de 2014 às 16h38min.

GUIMARÃES, André Rodrigues; MONTE, Emerson Duarte; SANTIAGO, Salomão Nunes. **Expansão e Financiamento da educação superior pública brasileira: perspectivas para o novo PNE (2011-2020)**. Revista Universidade e Sociedade, ano XXI, nº 48, julho de 2011.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)** – 1ª edição, São Paulo, Expressão Popular.

DA SILVA, Luis Inácio Lula. **Carta ao Povo Brasileiro**. <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaao povobrasileiro.pdf> Acessado em 30 de abril de 2014 às 18h00min.

DIAS, Edmundo. **A Universidade em debate**. <<http://adrianonascimento.webnode.com.br/news/a-universidade-em-debate-por-edmundo-fernandes-dias/>> Acessado em 22 de outubro de 2012 às 12h21min.

DOS SANTOS, Karen Moraes; MENEGHEL, Marina El Hajjar. **Licenciatura Ampliada**. Caderno de Debates ExNEEF – Volume XIV, 2012.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. Org. Octávio Ianni. 1ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2004.

LEHER, Roberto. **Educação no Governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu**. <https://www.scribd.com/doc/51894113/Roberto-Leher-Educacao-no-governo-Lula-final> Acessado em 22 de Outubro de 2012.

LEHER, Roberto. **Educação Superior Minimalista: a educação que convém ao capital no Capitalismo Dependente**. <https://www.scribd.com/doc/76646742/LEHER-Roberto-Educacao-Superior-minimalista-a-educacao-que-convem-ao-capital-no-capitalismo-dependente> Acessado em 22 de Outubro de 2012.

LIMA, Kátia. **Capitalismo Dependente e “Reforma Universitária Consentida”: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros**. www.anped11.uerj.br/28/GT11-446--Int.rtf Acessado em 22 de Outubro de 2012.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. 1ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NETO, Francisco José da Silveira Lobo. **Plano Nacional de Educação 2011-2020. uma leitura e discussão necessárias**. Revista Universidade e Sociedade, ano XXI, nº 48, julho de 2011.

NISHIMURA, Shin Pinto; BALLARDIN, Mateus. **A universidade em tempos de precarização: nexos entre a reforma universitária e a greve das federais**. Caderno de Debates ExNEEF – Volume XIV, 2012.

PERGHER, Eduardo; PORTELA, Vivian, LOVATTO, Guilherme Stürmer. **O MEEF e a UNE: reafirmando a ruptura, contribuição para o debate da reorganização do movimento estudantil**. Caderno de Debates ExNEEF – Volume XIV, 2012.

TROTSKY, Leon. **Aonde vai a França?** Brasília: Editora Kiron, 2012.

TROTSKY, Leon. **O Programa de Transição**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.